



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012299-04.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **CICERO VICENTE DA SILVA**  
 Requerido: **BANCO MERCANTIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 24/08/2016 contraiu empréstimo com o requerido a fim de renegociar empréstimo anterior e diminuir a quantidade de parcelas, sendo o segundo contrato de 26 parcelas no valor de R\$ 348,00.

Todavia, no mês de novembro o valor de sua aposentadoria foi de R\$ 186,77, em razão do desconto de um terceiro empréstimo no valor de R\$ 345,23 em 48 parcelas, o qual desconhece e não contratou.

As preliminares arguidas pelo réu em contestação entrosam-se com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (artigo 6º, inciso VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

*“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.”* (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse *status* em relação ao réu, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que o réu não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade da contratação impugnada.

Isso porque restou incontroverso que o autor contraiu dois empréstimos perante o réu, sendo que o segundo foi realizado para quitar o primeiro e renegociar o segundo.

Restou igualmente patentado que em 24/08/2016 o primeiro empréstimo foi quitado mediante um novo, que redundou ao autor 36 parcelas mensais de R\$ 348,00, tudo consoante documento de fls. 05.

Não é crível, consoante aplicação das regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), que o autor se sujeitasse a um novo empréstimo quando tinha a intenção de diminuir as prestações que estava pagando.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Em consequência, tocava ao réu demonstrar que isso não sucedeu e que a contratação cumpriu as devidas formalidades, mas ele nada amealhou a propósito.

A peça de resistência não foi instruída sequer por indícios nessa direção, ao passo que o desinteresse pelo alargamento da dilação probatória está cristalizado a fl. 107/108, a despeito da advertência contida no despacho de fl. 73 quanto à incidência ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC.

Traçada essa premissa, a conclusão é a de que o réu não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de demonstrar que o autor foi o responsável pelo empréstimo versado, nada amealhando de concreto que respaldasse suas alegações no particular.

Nem se diga porventura que o réu deveria manter as filmagens de seus terminais por somente trinta dias, até porque as normas de regência sobre o assunto estipulam esse prazo como mínimo.

Significa dizer que se com o seu decurso o réu resolveu desfazer-se das gravações haverá de arcar com as consequências daí derivadas, inclusive quanto a não patentear a explicação que ofereceu.

Nem se diga, de igual modo, que houve depósito em conta do autor a comprovar o empréstimo.

A operação teria ocorrido em 13/10/2016, com liberação do valor líquido de R\$ 4.300,00, como se vê a fls. 57, todavia, no mesmo dia o valor teria sido retirado para liquidação de outro empréstimo que não aquele noticiado pelo autor na exordial.

A conjugação desses elementos firma a certeza de que inexistente lastro sólido a apontar o liame do autor com os fatos em pauta, de modo que à míngua de comprovação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

idônea sobre o tema, inclusive através dos mecanismos já assinalados (filmagens feitas por câmeras de vídeo, por exemplo), acolhe-se a pretensão deduzida.

O autor pode até mesmo ter contraído o empréstimo contra o qual se voltou, mas não há provas concretas que apontem nessa direção a sobrepor-se sobre sua negativa.

A declaração da inexistência dessa relação jurídica é portanto de rigor, anulando-se o empréstimo realizado no dia 13/10/2016.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a ação para declarar a nulidade do empréstimo contraído em 13/10/2016 e tratado nos autos a fls. 04 e para ratificar a tutela antecipada anteriormente concedida.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**